

NOTA DE REPÚDIO

O Conselho Regional de Serviço Social do Rio Grande do Norte (CRESS-RN), entidade que orienta, normatiza e fiscaliza o trabalho de assistentes sociais no estado, torna público seu repúdio à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante, na gestão do prefeito Paulo Emídio de Medeiros, que lançou o Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2020 - SEMTASC para a contratação temporária de profissionais para os serviços de proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município.

No entanto, os salários base oferecidos são majoritariamente no valor de R\$ 1.344,84 (um mil, trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Esse valor quase se equipara a um salário mínimo nacional vigente sendo ofertado para técnicos com nível superior e, inclusive, é o mesmo salário para o cargo de nível técnico oferecido no processo seletivo.

Diante do desmonte das políticas públicas e da precarização das condições de trabalho, a questão salarial de todas as categorias profissionais presentes neste edital, é um desrespeito ao conjunto das/os trabalhadoras/es que estão/estarão à frente dos serviços públicos municipais e às/aos que já atuam no Município e recebem esse mesmo salário base. Tal fato demonstra a total falta de compromisso com as condições dignas de trabalho e de vida das/os trabalhadoras/es, bem como para a pouca importância na agenda política da gestão para oferecer serviços com qualidade aos seus municípios.

Como ainda não foi regulamentado o piso salarial da categoria em nosso país, destacamos a necessidade das/os profissionais tomarem para si também a luta e a mobilização pela aprovação do piso mínimo nacional em tramitação através do PL

5278/2009 na Câmara dos Deputados. Defendemos a ampliação do quadro de trabalhadoras/es nas políticas sociais por meio de concurso público e a adequação das equipes de referência do SUAS, em consonância com as diretrizes da NOB-RH/SUAS.

Portanto, reiteramos nosso repúdio à atual gestão do município de São Gonçalo do Amarante pela precarização das condições objetivas de trabalho e falta de valorização profissional que são ofertadas atualmente às/aos servidoras/es públicas/os.

Natal, 13 de julho de 2020.

Gestão 2020-2023

Da luta não me retiro: enfrento e resisto